



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 28 de maio de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## Ata de Reunião - Reunião Ordinária CRH - 18/12/2023

**Data e horário:** 18 de dezembro de 2023, às 10h00

**Local:** Auditório do CONSEMA,

Avenida Professor Frederico Hermann Jr. 345, Prédio 6 – São Paulo (sede da SEMIL).

### Conselheiros presentes:

#### Conselheiros pelo segmento Estado:

- Natália Resende, Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH;
- Samanta Souza, Subsecretária de Recursos Hídricos e Saneamento Básico;
- César Louvison, Coordenador de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH;
- José Police Neto, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- Sérgio Luiz Damiani, Secretaria da Educação;
- Alberto Amorim, representando a Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- Adriana Tedesco Telerman, Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- Hideo Augusto Dendini, Secretaria de Governo e Relações Institucionais;
- Adriano Costa, Secretaria da Casa Civil;
- Denis Gerage Amorim, Subsecretário de Logística e Transportes.

#### Conselheiros pelo segmento Municípios:

- Grupo 1: Moacyr Alves de Souza, representando a Prefeita Priscila Gambale, PM Ferraz de Vasconcelos;

- Grupo 2: Marcelo Pereira Manara, representando o Prefeito Anderson Farias Ferreira, PM São José dos Campos;
- Grupo 3: Rui Lemos Smith, representando a Prefeita Raquel Auxiliadora Chini, PM de Praia Grande;
- Grupo 8: Rodolfo José Amaral dos Santos, representando o Prefeito Marcelo Otaviano dos Santos, PM Monte Azul Paulista;
- Grupo 9: Rafaela Freiria Genari de Castro, representando o Prefeito Ricardo Sobrinho, PM de Santo Antônio da Alegria;
- Grupo 10: Lineu Almeida, representando o Prefeito Antonio Duarte Nogueira, PM Ribeirão Preto;
- Grupo 11: Daniel Zacharias Zago, representando o Prefeito Lindeval Augusto Motta, PM Anhembi.

### **Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:**

- Usuários Industriais:
- Alexandre Vilella, CIESP;
- Usuários Agroindustriais:
- André Elia Neto, ÚNICA;
- Usuários Agrícolas:
- Renato Traballi Veneziani, FAESP;
- Usuários de Abastecimento Público:
- Elaine Cristina das Chagas, representando a entidade ABCON e
- Luís Filipe Rodrigues, ASSEMAE;
- Associações, Sindicatos e Entidades especializadas em Recursos Hídricos:
- Helífax Pinto de Souza, SINTAEMA e Francisca Adalgisa da Silva, APU;
- Carlos Eduardo Quaglia Giampá - ABAS;
- Mateus Delatim Simonato, ABGE e Ester Feche Guimarães, AESABESP;
- Entidades Ambientalistas ou de Defesa de Interesses Difusos:
- Rui Brasil Assis, Rotary International e Amauri Pollachi, ONDAS.

### **Convidados com direito à voz:**

- Alexandra Facciolli Martins, MP;
- Neiroberto Silva, CREA-SP;

- Antonio Cezar Leal, UNESP;
- Gisele Novack Diana, PGE;
- Suely Matsuguma, DAEE;
- Carolina Fiorillo Mariani, CETESB.

**1. Abertura.** César Louvison, Coordenador de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do CRH, ressaltou a importância da retomada das reuniões presenciais deste Conselho e, a seguir, passou a palavra para a Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, que saudou a todos e iniciou os trabalhos.

**2. Apreciação da Ata da reunião de 07/11/2023:** Foi dispensada a leitura do documento mediante concordância deste Plenário. A ata foi aprovada por unanimidade.

**3. Comunicações:** Houve uma inversão na ordem estabelecida na pauta.

#### **4. Deliberações:**

**4.1. Deliberação CRH nº 280: “Aprova indicação ao FEHIDRO de empreendimentos de abrangência estadual ou regional para o exercício de 2023”.** A íntegra das propostas de empreendimentos foi disponibilizada previamente aos Conselheiros, por esta razão as propostas estão sucintamente descritas nesta Ata. Roberto Xavier, CETESB, iniciou sua apresentação destacando a importância do trabalho da Companhia em relação ao amplo monitoramento de qualidade das águas no Estado de São Paulo. A seguir, expôs as propostas de empreendimentos sugeridas pela CETESB para que este Conselho deliberasse acerca de sua viabilidade. Foram propostos os seguintes temas: Ampliação e modernização das Redes de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado de São Paulo; Aprimoramento das redes de monitoramento da qualidade das águas no Estado de São Paulo e Planejamento Operacional e Implantação de Ferramentas de Apoio para a Gestão Integrada das Redes de Monitoramento de Qualidade das Águas do Estado de São Paulo. Posteriormente, Evaldo Azevedo, Coordenadoria de Resíduos Sólidos, apresentou a proposta de dois empreendimentos envolvendo a Capacitação dos municípios na Gestão de Resíduos e a Revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Após sua exposição, Ester Feche Guimarães, AESABESP, apontou a necessidade de se dar um maior destaque ao Marco Regulatório do Saneamento. Evaldo destacou que o Marco é condição *sine qua non* para que o projeto seja desenvolvido, no entanto, se comprometeu a atualizar a versão final do material que será disponibilizada aos

Conselheiros. Em seguida, Neuroberto Silva, CREA-SP, perguntou se na fase de diagnóstico, foi contemplada a questão da gravimetria. (*Nota do Taquígrafo: Gravimetria=consiste na análise quantitativa para mensurar a quantidade de uma substância em determinada mistura.*) Quanto a este questionamento foi explicado que, diante de seu alto custo e complexidade, será utilizado o parâmetro disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desta maneira, não há previsão para se fazer um estudo adicional de gravimetria. Alexandra Faccioli Martins, Ministério Público-SP, sugeriu que houvesse um maior detalhamento do projeto para que se especifique em que consiste a implantação dos novos pontos, a fim de que não haja colidência com as outras ações que estão ocorrendo neste mesmo âmbito. Para que haja uma maior transparência, foi solicitado que sejam disponibilizados no site deste Conselho, futuramente, tanto as apresentações quanto seus respectivos anexos. A representante do MP ressaltou, ainda, que seria importante dar um maior aprofundamento tanto na questão dos planos regionais quanto numa eventual revisão dos planos municipais de saneamento básico, sobretudo naquelas municipalidades sob concessão ou delegação à ARSESP onde não foram contempladas ações concernentes à gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana. Evaldo destacou que a capacitação é voltada para o efetivo público. Naqueles locais onde não houver servidores efetivos, os comissionados serão o público-alvo, porém, o foco principal é trabalhar em conjunto com os funcionários efetivos para que a capacitação permaneça naquela Prefeitura. Com referência aos planos municipais de gestão de resíduos, a Secretária comentou que em breve será feita uma exposição do projeto que está sendo desenvolvido e que este será entregue àqueles municípios que aderirem ao programa. A seguir, a Secretária Natália Resende solicitou que constasse nesta ata a obrigação de sempre se disponibilizar as apresentações, em sua íntegra, incluindo os anexos, para que todos tenham pleno acesso aos materiais, objetivando uma maior transparência ao Sistema. Quanto às metas de trabalho, em 2024 será lançado pelo Estado de São Paulo um programa semelhante ao UNIVERSALIZASP, mas voltado aos resíduos sólidos, para fomentar a regionalização. César Louvison observou que já é praxe a inserção de todos os materiais de reuniões anteriores no portal do SIGRH, porém, em virtude de problemas técnicos, é possível que alguns dos documentos expostos não tenham sido plenamente disponibilizados. Marcelo Manara, Prefeitura de São José dos Campos, destacou a importância de se ter uma maior aproximação dos projetos da CETESB junto aos municípios paulistas, por meio de uma linguagem mais assertiva, que facilitasse a execução dos trabalhos em prol da sociedade. Sobre este tema, a Secretária ressaltou a relevância de se unir esforços para informar à população quais ações estão sendo implementadas pela CETESB na questão da educação ambiental. Roberto Xavier comentou que há conversas frequentes com os Comitês, sobretudo com o meio acadêmico, para aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação. Não obstante, imperioso mencionar que já foram detectados alguns problemas nesta interface da CETESB junto ao público-alvo da Companhia e, por isso, serão adotadas novas políticas para corrigir esta inadequação. Rui Brasil Assis, Rotary International, observou que todos os empreendimentos apresentados nesta reunião são

de grande importância, porém, destacou a falta de projetos voltados à gestão dos recursos hídricos. Em sua visão, como será crescente a demanda de financiamento de projetos direcionados à gestão de resíduos sólidos e de saneamento, é provável que o FEHIDRO não consiga suportar adequadamente estas necessidades. Por isso, Rui lembrou a todos da existência, ainda no papel, da proposta de criação do Fundo Estadual de Saneamento, assim, seria interessante se fossem adotadas medidas que pudessem retomar a discussão deste assunto. Antonio Cezar Leal, UNESP, informou que a gravimetria foi atualizada em treze municípios do oeste paulista e colocou-se à disposição para disponibilizar este material a quem possa interessar. Esta Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

**4.2. Deliberação CRH nº 281: "Aprova o Relatório de situação dos recursos hídricos no Estado de São Paulo - ano base 2022".** Ricardo Mangabeira ressaltou que a análise deste Relatório já é de praxe neste Conselho e destacou que o material estará disponível para consulta no Portal do SIGRH. Mateus Delatim Simonato, ABGE, o parabenizou pela apresentação e ressaltou que o avanço na medição é muito relevante, porém ainda não é o suficiente, especialmente em relação a ter melhores indicadores voltados às análises de águas subterrâneas. Hélio Suleiman, FABHAT, ao comentar sobre a exposição, comentou sobre o aumento do uso de água pelo meio rural e questionou sobre a possibilidade de se retomar o assunto da cobrança para este público. Ricardo respondeu à observação levantada por Mateus informando que os dados sobre o aumento foram disponibilizados pelo DAEE, por isso há essa diferenciação no Relatório, tanto para águas subterrâneas quanto superficiais. Quanto à cobrança, o Coordenador César Louvison mencionou o grande êxito obtido nas análises advindas das outorgas eletrônicas e destacou a recente recomposição das Câmaras Técnicas do CRH, que propiciará uma análise mais aprofundada sobre o tema da cobrança mencionado pelo representante da FABHAT. A Secretária corroborou com as palavras de César e enfatizou que o assunto será debatido com mais afinco no próximo ano. Ao final, a Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

**4.3. Deliberação CRH nº 282 que Atualiza a programação referente aos anos de 2023 e 2024 do CAPACITA-SIGRH, apresenta relação de gastos no ano de 2023 e previsão para 2024, dispõe sobre caracterização de atividades de capacitação e aprova a destinação de recursos financeiros advindos da 3ª certificação do PROGESTÃO – Ciclo 2, referente ao ano de 2022.** Ricardo apresentou o Programa, já em andamento, lembrando que o CAPACITA-SIGRH é direcionado à capacitação permanente e gratuita, de membros do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo. Antes de findar sua exposição, Ricardo destacou que a programação apresentada poderá ser alterada ao longo do tempo e solicitou a colaboração de todos os Conselheiros na

sugestão de melhorias deste Programa. Em não havendo manifestações em contrário, a Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

## 5. Apresentações:

**5.1 Desestatização da SABESP.** A Secretária Natália Resende, apresentou o Plano de Desestatização destacando as premissas para o saneamento do Estado, posteriormente fez um panorama desde a fase zero do projeto e, em seguida, abriu espaço para perguntas e respostas. A apresentação completa, bem como as perguntas e respostas realizadas nesta parte da reunião, constarão na ata completa que será disponibilizada no Portal do SIGRH.

Ao final da exposição da Secretária, a conselheira Francisca Adalgisa, representando a APU, expressa suas preocupações em relação à privatização da empresa e às consequências administrativas e de recursos humanos da gestão atual. Ela destaca que a SABESP passou por um processo de desmobilização e fragmentação, levando os funcionários a uma situação de incerteza. Programas foram interrompidos e houve um aumento na terceirização, o que, na visão dela, pode não ser bem-sucedido. Francisca também menciona a importância do atendimento às favelas e áreas rurais, argumentando que a privatização não é necessária para manter esses serviços. Ela questiona o valor das tarifas e os ganhos de eficiência que serão considerados na revisão das tarifas, citando exemplos de outras regiões onde a privatização do saneamento não foi eficaz. Por fim, ela levanta dúvidas sobre como será possível investir R\$ 66 bilhões em 4 anos. A Secretária fez suas considerações, reafirmando a preocupação em garantir incentivos corretos nos contratos e explicando as limitações de financiamento da SABESP em comparação com empresas privadas. Ela também diferencia o modelo proposto da privatização na Inglaterra e aborda a quantia de R\$ 66 bilhões como sendo necessária devido ao número de contratos e planos municipais de saneamento existentes.

O Conselheiro Helifax P. de Souza, fez um breve relato desde a fundação da SABESP, destacando sua prioridade de atender municípios menores, dada sua menor capacidade de desenvolver saneamento. Ele ressalta os ganhos da empresa, não apenas em viabilidade de saneamento, mas também em saúde pública, com a redução das mortes relacionadas à falta de saneamento. Argumenta que a privatização não se justifica, pois o setor privado prioriza viabilidade econômica sobre viabilidade social, o que poderia resultar em aumento de custos e tarifas. Ele conclui que não há justificativa financeira, econômica ou social para privatizar a SABESP, e que essa decisão faz parte de uma política governamental que confia no mercado para resolver problemas de monopólio em um serviço de qualidade.

Amauri Pollachi, representando a entidade ONDAS, fez uso da palavra e solicitou que ficasse consignada nesta ata a seguinte matéria intitulada "Privatização da Sabesp é

temerária”, publicada no jornal Folha de São Paulo do dia 8 de dezembro de 2023 e assinada pelo jurista Rubens Naves: “A presença majoritária do Estado na governança da SABESP traz sinergia na articulação com os governos municipais e com os outros poderes e prerrogativas estatais necessárias à condução do saneamento básico. A perda dessa sinergia revela-se temerária, na medida em que poderá atingir a segurança hídrica, em especial na região da grande São Paulo, onde a escassez de água para o futuro é preocupante. E os processos de outorga revelam um possível esgotamento. O acesso de uma empresa estatal aos recursos de financiamento e ao fomento do saneamento básico assegura menor impacto nas tarifas. Uma empresa privada privilegiará lucro e a majoração da distribuição de dividendos, com a captação de recursos mais onerosos nas regiões metropolitanas, a preocupação com a segurança hídrica e a crise de abastecimento do passado evidencia riscos implicados no fim do controle estatal da empresa, tão estratégica. Do litoral norte com a bandeira vermelha hasteada à contaminação hídrica dos aglomerados urbanos sem coleta e tratamento de esgotos como ponto de grande vulnerabilidade, sem deixar de mencionar a catástrofe provocada pelas chuvas torrenciais de fim de ano. Situação que também demanda ação articulada de todos os poderes e unidades da federação com as mudanças climáticas. Diante dessas situações já desafiadoras e da perspectiva de significativo agravamento dos efeitos climáticos, não é hora de priorizar a busca privada por lucro nem de abrir mão de um modelo bem-sucedido, equilibrado e estrategicamente alinhado com os desafios contemporâneos como é o da SABESP. A simples indicação de que o fundo de apoio à universalização do saneamento poderá assegurar a redução tarifária não é sustentável, pois são recursos limitados diante de um plano de investimentos de longo prazo. Carecemos de informações em um processo menos açodado para a definição de uma política consistente que assegure por meio do controle social qualificado, saneamento para todos e um futuro social ambiental sustentável”.

Após a leitura deste material, Lineu Almeida, representando o prefeito Antonio Duarte Nogueira Junior (P.M de Ribeirão Preto) pediu uso da palavra, disse: “eu aqui vou falar do meu município, que é Ribeirão Preto, tem 700 mil habitantes, ele está universalizado. Ele é público, eu sou diretor técnico da Secretaria de água e esgoto. Nós administramos toda a rede e a produção de água, rede de água, coleta de esgoto e o nosso tratamento de esgoto é concessionado desde os anos 90, faltam 10 anos para terminar a concessão, mas nós temos 100% de esgoto tratado de todo o coletado. Nós temos ótima relação com a coleta e o que trata o esgoto, porém, também tem muitas outras coisas a serem feitas, mas estamos universalizados. Vamos fazer estudo pelo FEHIDRO da resiliência do Aquífero Guarani, como modelo para todo o estado de São Paulo e no mês que vem vai sair a licitação do projeto executivo do sistema Pardo para ser implantado, imagino que sejam mais um bilhão de obra em 4 anos. E em Mogi Mirim, Castilho, Andradina, Mairinque, estive à frente de todas essas parcerias, onde a SABESP ganhou a licitação. Em 2008, estive no México, participando de uma licitação, a SABESP não ganhou, mas em quase todas onde participamos ganhamos.

Também fez uso da palavra, Marcelo Manara, representando o prefeito Anderson Farias Ferreira (P.M de São José dos Campos) onde relatou sobre o município de São José dos Campos “Não sei antes Secretária, mas parableno pela sua didática e o seu conhecimento profundo. Tratamos de muitos assuntos e gera muita ansiedade para as pessoas participarem, mas a fala das pessoas nesse debate é fundamental. Em São José dos Campos a SABESP é importante, porém, São José dos Campos não tem tido um histórico de parceria boa com a SABESP, citando algumas coisas: a SABESP não atua na área rural de São José dos Campos, em nada, em São Francisco Xavier, em 2010, a captação de água foi paralisada, a estação de captação de água virou uma lama só, a SABESP, que opera no distrito desde 1949, não tinha feito um investimento sequer na modernização e na preparação da estação de captação de água para atender esse distrito de cinco mil pessoas. Quando houve a crise e a SABESP indagada pelo Ministério Público, pasmem, respondeu que torcia, essa que foi a expressão, torcia para que alguém fizesse alguma coisa na bacia hidrográfica, para ela poder abastecer a bacia hidrográfica do Ribeirão dos Cocais. E para encerrar, nesse histórico recente da crise em 2014, 2015, nossos reservatórios participaram desse esforço para melhor abastecer a região metropolitana de São Paulo, houve uma transposição no reservatório do Jaguari e eu participei como Conselheiro do CONSEMA das quatro audiências públicas da Concessionária desse serviço da transposição e agora, a SABESP judicializou, se recusa a cumprir aquelas condicionantes que foram tratadas nessa sala aqui, e aprovadas, dentre elas um amplo programa de restauração Florestal na bacia. Trago para a Secretária a nossa preocupação com relação cronologia dos eventos dessas negociações, do acompanhamento e da necessidade de maior transparência no processo, estamos entrando em um período eleitoral que, para os municípios é um momento muito especial, então quando que as coisas vão acontecer? Porque nós temos que levar isso em Audiências Públicas locais, temos que tramitar isso na Câmara municipal e nesse momento muito delicado para os municípios, que é o processo de eleição municipal.”;

Dra Alexandra Faccioli, Ministério Público de São Paulo, pediu a palavra e disse “vou procurar ser breve em minha fala” Em resumo: considerou fundamental o espaço para o diálogo com as entidades interessadas, inclusive no decorrer de todo o processo. Que o rol de perguntas e respostas talvez fique um pouco mais ampliado e nem sempre parte dessas respostas são tranquilas de serem dadas. Que o Ministério público tem atuado, talvez pela promotoria do meio ambiente da capital, mas é importante a participação nas audiências públicas. Ressaltou que o tema envolve o âmbito de 375 municípios titulares, sobre um tema muito importante que é o saneamento e também da importância do plano municipal de saneamento básico bem elaborado, constando ações, metas e estratégias a serem incorporadas e, com equilíbrio econômico-financeiro. Disse também: no âmbito desse Conselho, me preocupa de que forma nós vamos internalizar no âmbito desse contrato, as metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos, ainda em elaboração e que me parece, até por esse contexto que necessariamente tem que ser acelerado, não é para trazer melhores diagnósticos, melhores ações. Não é assim como do plano de

saneamento, não é? Ainda tem sido um desafio, já foram identificadas algumas lacunas, como aquelas relacionadas ao saneamento rural. Existe a possibilidade, talvez de um trabalho em paralelo para a identificação e diagnóstico e definição de medidas nesse sentido. Então me parece que é muito importante uma atuação por parte desse Conselho de cada um dos senhores que atuam nessas questões, da CETESB, do DAEE e dos Comitês. De que forma as metas de redução de perdas, por exemplo, dos comitês de bacias dos planos de bacias, vão ser internalizadas nesses contratos. Então, assim, o município muitas vezes está largando definir os seus rumos e delegando para o estado ou para o contrato ou para a agência reguladora tomar determinadas decisões. Então isso não é um problema, um problema específico da SEMIL ou do Estado é um problema de cada um que está nessa sala. Acho que assim, com esse olhar crítico é, sobretudo no sentido de construir algo que seja mais factível." Cada um tem nas suas mãos a possibilidade de planejar adequadamente e se esse planejamento não for bem-sucedido, realmente haverá sérios problemas. As peculiaridades vão ser contempladas nesse processo ou pelo menos para ter cláusulas específicas que, garantam a observância desse planejamento regional. Então me parece assim, apenas nessas reuniões periódicas que o Estado chama os municípios, são uma oportunidade, mas existe a tarefa de cada um, e pensar em perspectiva como vai ser, sobretudo nessa transição que foi comentada. Eu acho que tem essa reflexão por parte de todos nós em termos de encaminhamento, de pensar nisso tudo que foi falado aqui".

Por fim, Ester Feche Guimarães (AESABESP) realizou uma intervenção com colocações técnicas. A primeira foi uma recomendação para as próximas etapas, sendo o CRH um Conselho, essas matérias devem passar pelo colegiado antes de o encaminhamento para o legislativo e o executivo, e não com uma explanação tão tardia, mas em reuniões específicas. Já no contexto regulatório, gerou preocupação a modalidade de reconhecimento dos investimentos, das revisões tarifárias, procurar a previsibilidade e a estabilidade no contexto de cenário futuro. Disse também que os investimentos, evidentemente, se não forem feitos ou não forem prudentes, vão ser glosados pelo Regulador, mas que não sejam um mecanismo de ação somente anual, como metodologia regulatória. A seguir, a Secretária Natália fez mais alguns comentários sobre o processo de desestatização e sugeriu que, futuramente, haja uma maior integração entre o CRH e os demais Conselhos, como o CONSEMA e o COFEHIDRO, pois todos fazem parte do mesmo conjunto de temas afetos tanto ao meio ambiente quanto aos recursos hídricos.

**5.2. Desestatização EMAE:** Este tema será tratado na próxima reunião do CRH.

**5.3. Atualizações PERH 2024-2027:** Este tema será tratado na próxima reunião do CRH.

**6. Assuntos Gerais:** Não houve considerações adicionais a serem feitas.

**7. Encerramento.** César Louvison, Coordenador de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do CRH, agradeceu a Secretária pelos esclarecimentos e também a todos os presentes nesta reunião. Desejou feliz festas e deu por encerrado este encontro. Haja vista que esta é uma Ata executiva, caso se deseje ter conhecimento sobre demais questionamentos e respostas pormenorizadas acerca do processo de desestatização da SABESP, recomendamos a leitura da Ata completa que será disponibilizada no Portal do SIGRH. Relembramos, também, que os vídeos desta reunião, em sua íntegra, poderão ser acessados no canal do SIGRH no Youtube, TV ÁGUA, por meio deste link <https://www.youtube.com/@SigrhSP/videos>. Esta Ata é um resumo dos registros e das notas taquigráficas desta reunião Ordinária.